

Comentário de Desempenho - Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Senhores Acionistas

A Administração da Multiplus S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O Multiplus encerrou o ano de 2010 com 8,0 milhões de membros e 151 parcerias com destaque para 12 parcerias de coalizão¹.

A administração esteve focada na estruturação da equipe, implantação e estabilização do novo sistema operacional e governança corporativa. Dentre as principais áreas estruturadas, destacaram-se marketing, produtos, novos negócios, tecnologia e finanças. No dia 1º de agosto, a Multiplus concluiu a implantação da sua plataforma tecnológica Siebel Loyalty, por meio da qual passou a gerenciar as suas operações. Cumprindo compromissos assumidos no que se refere a Governança Corporativa a Companhia transferiu sua sede social e aprovou seu plano de opções. (o texto completo do Plano está disponível na seção Governança Corporativa do site www.multiplusfidelidade.com.br/ri). Quanto aos resultados, a Multiplus encerrou 2010 com 53,2 bilhões de pontos emitidos. O Faturamento de pontos totalizou R\$ 1.119,5 milhões. A Companhia apresentou uma receita líquida de R\$ 469,8 milhões e um Lucro Líquido de R\$ 118,4 milhões, representando uma margem líquida de 25,2%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Informações Operacionais

Membros (milhões)	2010
8	
Parcerias	151
Pontos emitidos (mil)	53.236.120
TAM Linhas Aéreas	18.656.185
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	34.579.935
Pontos resgatados (mil)	16.782.991
Passagens aéreas	16.710.594
Parceiros de Coalizão e Shopping Multiplus	72.397
Burn/earn (por forma, %)	65,8%
Breakage (média últ. 12m, %)	22,6%

¹No dia 28 de dezembro de 2010 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando sobre o encerramento do programa Bomclube, cartão de fidelidade do Walmart Brasil nas lojas Bompreço e Hiper Bompreço, a partir do dia 2 de janeiro de 2011, seguindo sua estratégia de negócios voltada para uma "política de preços baixos". Desta forma o Walmart deixou de fazer parte rede de coalizão de parceiros do Multiplus a partir do início de 2011.

Total de Membros: até o final do ano de 2010 a base do Multiplus contava com 8,0 milhões de membros.

Pontos emitidos: 53,2 bilhões, devido aos pontos vendidos para TAM Linhas Aéreas, Bancos, Varejo, Indústria e Serviços que oferecem pontos Multiplus aos seus respectivos clientes.

Pontos resgatados: 16,8 bilhões de pontos Multiplus resgatados no ano, pelos quais a empresa reconhece as receitas e os custos na demonstração de resultados. Os pontos expiram em dois anos e são considerados pontos Multiplus aqueles emitidos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Breakage (média dos últimos 12 meses): a quantidade de pontos Multiplus vendidos e não resgatados pelos participantes (como percentagem dos pontos emitidos no período de origem dos pontos vendidos) foi de 22,6% em 2010.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Faturamento da venda de pontos

(Em R\$ mil)	2010
Faturamento da venda de pontos	1.119.475
TAM Linhas Aéreas	317.155
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	802.320
Faturamento da venda de pontos: R\$ 1.119,5 milhões em 2010, devido a pontos vendidos para:	
• TAM Linhas Aéreas: R\$ 317,2 milhões em função dos pontos acumulados pelos passageiros embarcados nos voos da própria TAM Linhas Aéreas e em companhias aéreas parceiras quando utilizado o programa TAM Fidelidade.	
• Bancos, Varejo, Indústria e Serviços: R\$ 802,3 milhões decorrente da venda de pontos para esses parceiros. Consumidores de parceiros com programas de fidelização próprio transferem seus pontos para o Multiplus enquanto consumidores dos demais parceiros acumulam pontos Multiplus diretamente.	

Demonstração de Resultado - (Em R\$ mil)

Receita bruta	517.875
Venda de pontos	382.271
TAM Linhas Aéreas	54.686
Bancos, varejo, indústria e serviços	327.585
Breakage	122.645
Outras Receitas	12.959
Impostos sobre vendas e serviços	(48.032)
Receita Líquida	469.843
Custo dos resgates de pontos	(273.370)
Passagens aéreas	(888)
Parceiros de Coalizão e Shopping Multiplus	(274.258)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	(274.258)
Serviços compartilhados	(7.871)
Despesas com pessoal	(17.297)
Marketing	(11.987)
Depreciação e amortização	(1.091)
Outros	(27.067)
Total das Despesas Operacionais	(65.313)
Total dos Custos e Despesas Operacionais	(339.571)
Lucro Operacional	130.272
Margem Operacional	27,7%
(Despesa)/Receita Financeira	33.259
Lucro antes do IR e CS	163.531
Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.145)
Lucro Líquido no exercício	118.386
Margem Líquida	25,2%

Receita	
A receita líquida foi de R\$ 469,8 milhões no ano de 2010 devido:	
Receita de pontos: reconhecimento dos pontos faturados e resgatados durante o período.	

Outras receitas: valor referente ao gerenciamento do programa de fidelização de parceiros e também aos valores recebidos do profit sharing do cartão co-branded TAM Fidelidade.
Imposto sobre vendas: relativo à incidência do PIS/COFINS (impostos federais) e ISS (imposto sobre serviços), sobre a receita bruta.
Custo e despesas:

Os custos e despesas foram de R\$ 339,6 milhões no ano de 2010 decorrente de:
Custo dos resgates de pontos: R\$ 273,4 milhões em passagens aéreas e R\$ 0,9 milhões em pontos, produtos ou serviços em parceiros da coalizão e produtos disponíveis no catálogo Multiplus.
Serviços Compartilhados: contrato de compartilhamento com a TAM Linhas Aéreas dos serviços de controladoria, processos de tesouraria, apoio ao planejamento e gerenciamento financeiro, call center, instalações, infraestrutura, jurídico, recursos humanos, tecnologia da informação, auditoria e suprimentos.
Despesas com Pessoa: quadro de funcionários e que inclui salários, encargos e benefícios.
Despesas com Marketing: atividades de marketing em eventos de divulgação da marca.
Outros: Gastos relativos aos serviços de assessoria e consultoria nas áreas jurídica, estratégica e TI (implantação e suporte aos sistemas).

MERCADO DE CAPITAIS

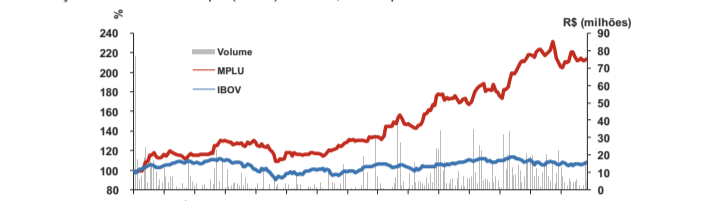
Estrutura Societária

A estrutura societária do Multiplus é a seguinte:



Desempenho das Ações

Em 31 de dezembro de 2010, as ações MPLU3 estavam cotadas a R\$ 33,75, representando uma valorização de 113% desde o início da oferta de ações e um valor de mercado de R\$ 5,4 bilhões. A valorização do índice Ibovespa (IBOV) foi de 8,4% no período.



Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2010	2009	Passivo	Nota	2010	2009
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	111.235		Fornecedores		16.579	852
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	6	757.781		Salários e encargos sociais		5.361	
Contas a receber	7	68.699		Impostos, taxas e contribuições	12	2.328	
Tributos a recuperar	8	3.769		Partes relacionadas	9	3.923	3.917
Partes relacionadas	9	388.507		Dividendos a pagar		1.223	
		853	859	Receita diferida	13	614.550	
Demais contas a receber		1.330.844	859	Demais contas a pagar		382	
						644.946	4.769
Não circulante				Patrimônio líquido			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	6	50.280		Capital		692.385	1
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	1.217		Reservas de capital		(21.784)	
Imobilizado		935		Reserva de lucros		88.002	
Intangível	11	20.273	3.783	Prejuízos acumulados			(128)
		72.705	3.783	Total do patrimônio líquido		758.603	(127)
Total do ativo		1.403.549	4.642	Total do passivo e patrimônio líquido		1.403.549	4.642

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de capital			Reservas de Lucros			Total Patrimônio Líquido
	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva capital	Plano de Remuneração de ações	Reserva legal	Lucros retidos	
Em 17 de agosto de 2009							
Integralização de capital	1	(1)					1
Prejuízo do exercício						(128)	(128)
Em 31 de dezembro de 2009	1					(128)	(127)
Aumento do capital social							
Aumento conforme RCA (*) de 4/2/2010 (nota 14 (b))	629.440						629.440
Aumento conforme RCA de 1/3/2010 (nota 14 (b))	62.944						62.944
Custos de transação, líquido de impostos			(23.322)				(23.322)
Plano de remuneração de ações				1.538			1.538
Lucro líquido do exercício						118.386	118.386
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reserva legal				5.919		(5.919)	
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 14 (d))							
Dividendos antecipados R\$/ação						(13.871)	(13.871)
Juros sobre capital próprio antecipado R\$/ação						(15.162)	(15.162)
Dividendos propostos a pagar R\$/ação						(1.223)	(1.223)
Constituição de reserva de dividendo adicional proposto (nota 14 (d))						16.937	(16.937)
Constituição de reserva de lucros a distribuir (nota 14 (d))						65.146	(65.146)
Em 31 de dezembro de 2010	692.385		(23.322)	1.538	5.919	82.083	758.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional:

A Multiplus S.A. ("Multiplus", "Multiplus Fidelidade" ou "Companhia") é uma sociedade domiciliada no Brasil, constituída em 6 de agosto de 2009 sob a denominação Q.X.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de outubro de 2009, foi aprovada a alteração de sua denominação social para Multiplus S.A. sendo reformado e consolidado seu estatuto social, que passou a ter por objeto social o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes, a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização de clientes, a criação de bancos de dados de pessoas físicas e jurídicas, a obtenção e processamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo, a representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras e a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, a consecução das atividades anteriormente descritas.

A Companhia resultou de uma reestruturação societária iniciada pela sua controladora mediante a segregação e transferência da totalidade do negócio de fidelização de clientes da TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") para uma entidade independente, com o objetivo de conferir maior racionalização nas estruturas operacional, administrativa e financeira do negócio de fidelização de clientes da TLA, bem como obter maior eficiência, rentabilidade e independência. A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia assumiu a gestão operacional exclusiva do Programa TAM Fidelidade.

A principal fonte de receita da Companhia advém da emissão de pontos Multiplus Fidelidade para os parceiros comerciais, incluindo a TLA, os quais, por sua vez, oferecem esses pontos aos seus participantes para que sejam resgatados por prêmios. Nesse âmbito, a Companhia permite que os seus participantes acumulem pontos Multiplus Fidelidade ao realizarem suas compras e os resgatam por prêmios por meio dos programas dos parceiros comerciais de coalizão ou do catálogo eletrônico. Além da venda de pontos, a Companhia também oferece o gerenciamento de programas de fidelização para parceiros comerciais. Atualmente, de acordo com o Contrato Operacional, firmado com esse objetivo, presta esse serviço à TLA, que consiste, basicamente, na operação do Programa TAM Fidelidade. Esse contrato possui prazo de vigência de 15 anos, podendo ser prorrogado por períodos adicionais de cinco anos, e estabelece, entre outras coisas, os honorários mensais devidos pela TLA por este serviço. A rescisão do contrato por qualquer motivo não prevê ônus, multa ou penalidade, salvo o ressarcimento dos investimentos efetivamente realizados e não amortizados, feitos para o cumprimento do Contrato Operacional.

A Companhia adota um modelo de negócio que difere das coalizões tradicionais, pois é flexível e se origina da junção dos benefícios dos dois modelos existentes: coalizões e programas individuais.

Em vez de substituir os programas dos parceiros, a Companhia os conecta em uma rede mais abrangente. Dessa forma, a Companhia não compete, mas coopera com os programas de fidelização de seus parceiros comerciais, dando a estes alternativas de resgates de alta atratividade ao mesmo tempo em que permite aos parceiros comerciais continuar o relacionamento com seus consumidores.

Os parceiros comerciais da Companhia incluem importantes empresas de vários setores da economia, como postos de combustível, livraria, cartões de crédito, bancos, hotéis entre outros. Ao contrário dos programas de fidelização individuais tradicionais é permitido, por meio de uma conta Multiplus Fidelidade, que os participantes dos programas de fidelização dos parceiros comerciais decidam se transferirão seus pontos entre os diversos programas de fidelização que compõem a rede Multiplus Fidelidade ou se concentrarão os pontos acumulados de diferentes programas de fidelização em uma única conta Multiplus Fidelidade.

Multiplus é uma companhia aberta no âmbito do "Novo Mercado" da BMF&Bovespa desde 3 de fevereiro de 2010, tendo efetuado uma oferta Pública de Ações em 5 de fevereiro de 2010, com a captação de recursos no montante de R\$ 692.384, o qual foi deduzido dos custos de captação no montante de R\$ 35.336 que líquido dos efeitos tributários de R\$ 12.014, totalizou R\$ 23.322 (vide Nota 14 (c)), mediante a subscrição e integralização de 43.274.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 16,00 por ação. Conforme deliberado pelas Reuniões do Conselho de Administração de 4 de fevereiro de 2010 e de 1º de março de 2010, todos os recursos captados foram destinados ao capital social.

2. Principais políticas contábeis:

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRSs pela Companhia, conforme apresentado na nota 22.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 11 de fevereiro de 2011.

2.2. Base de preparação:

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Apuração do resultado:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de acordo com a Resolução 2010-01 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (CVM).

(b) Reconhecimento de receita:

O faturamento de pontos Multiplus Fidelidade, decorrente da venda aos parceiros comerciais, é contabilizado como receita diferida no momento da emissão dos pontos (vide nota 13). A medida que os pontos do Multiplus Fidelidade são resgatados, o faturamento é reconhecido na demonstração do resultado como receita bruta. Desta forma, a Receita Bruta da demonstração do resultado é composta pelo valor dos pontos resgatados e pelo valor dos pontos que se estima não serão resgatados (Breakage - vide nota 15).

• Do total de pontos vendidos no mês e contabilizados como Receita Diferida, estima-se que um percentual (calculado levando-se em consideração a média histórica da taxa de breakage dos últimos 12 meses - vide nota 3.2) não será resgatado. Este valor, adicionado ao saldo dos meses anteriores

é reconhecido como receita bruta na demonstração do resultado (vide nota 15) seguindo a curva de resgate dos pontos, ou seja, pelo percentual de pontos acumulados e resgatados no mesmo mês, aplicado sobre o saldo da conta de provisões breakage do passivo (vide nota 13).

(ii) Reconhecimento de custos e despesas operacionais:

• Os principais custos da Multiplus estão relacionados aos pontos resgatados (incluindo os pontos prêmios distribuídos), especialmente passagens-prêmio. As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, centro de serviços compartilhados, sistemas de informação, call center, jurídicas, marketing e outras (vide nota 16).

(iii) Reconhecimento de receita financeira:

• As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício (vide nota 18).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua, o Real ("moeda funcional"), e são apresentadas em Reais (R\$).

(c) Caixa e equivalente de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

(d) Instrumentos financeiros:

(i) Ativos financeiros:

A Multiplus classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos instrumentos financeiros quando de seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado em que a operação protegida foi contabilizada.

Empréstimos e recebíveis:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São avaliados ao custo amortizado e classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia abrangem "Contas a receber", "Outras contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", com exceção de alguns investimentos de curto prazo que se enquadram na definição de ativos ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração de ativos financeiros:

O valor justo dos investimentos para os quais existe negociação no mercado se baseia nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros em que não há negociação no mercado a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período do relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.

Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:

• Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou

• Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou

• Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou

• Extinção do mercado de ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não representam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos devedores.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia não manteve operações com instrumentos derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

(e) Contas a receber:

As Contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de pontos no curso normal das atividades da Companhia. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As Contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece o custo a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Notas Explicativas das Demonstrações de Administração às Demonstrações Financeiras
Receita diferida em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(k) Receita diferida:
As contas de receita diferida abrangem a receita relacionada ao Programa Multiplus Fidelidade (nota 2.2 (a)). São avaliadas pelo seu valor justo no momento inicial, em contrapartida as contas a receber e recebíveis ao resultado à medida que os pontos do Multiplus Fidelidade são resgatados.

(l) Provisões:
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva resultante de um fato passado, sendo provável um desembolso futuro de recursos para liquidar a obrigação. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas das liquações dos depósitos judiciais correspondentes.

(m) Benefícios a empregados:
(i) Partecipação nos lucros:
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação nos lucros e certos indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(ii) Remuneração com base em ações:
Multiplus oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 17.2.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as características específicas de aquisição de direito devem ser atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

Quando as opções exercidas são liquidadas com ações em tesouraria, os recursos recebidos, líquidos de qualquer custo associado à essa transação, são creditados em ações em tesouraria e qualquer diferença entre o valor contábil das ações em tesouraria concedidas ao empregado e o preço de exercício das opções é reconhecido como lucros acumulados.

(n) Capital social:
(i) Capital social: é formado por ações ordinárias e são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(o) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Multiplus ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(p) Lucro por ação:
O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos utilizados no conversão em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

(q) Demonstrações de valor adicionado ("DVA"):
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), menos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de

terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(r) Informações por segmento:
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com o relatório fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor Presidente. Devido a base de custos essencialmente fixos das operações da Multiplus, embora o tamanho de Multiplus é avaliado como um todo, e conclui-se que existe somente um segmento operacional.

(s) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:
(i) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente.

O IASB emitiu diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia não adotou nenhuma das novas normas ou alterações as normas antecipadamente, pois estas ainda não possuem equivalente emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, não sendo permitida sua aplicação no Brasil. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, é esperado que essas normas e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

• IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e avaliação de passivos financeiros. Aplicável para período iniciado em 1º de janeiro de 2013. A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão no escopo da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que não possuem um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

(ii) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia:
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Multiplus:

• Alteração do IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação dos Direitos de Ações". O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou warrants para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou warrants de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos. Vigente a partir de 1º de fevereiro de 2010.

• IFRIC 19, "Exatidão dos Passivos Financeiros como Instrumentos de Capital". Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. Vigente a partir de 1º de julho de 2010.

• Alteração no IFRS 1, "Primeira Adoção de IFRS – Isenção Limitada a partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a Adoção pela Primeira Vez". Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS na adoção das alterações do IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7. Em vigor a partir de 1º de julho de 2010.

• IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009). Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências para entidades relacionadas com o governo. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2011.

• Alteração ao IFRIC 14, IAS 19, "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provedor de Recursos (*funding*) e sua Interação". Retira a exceção que não intencional que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provedor de recursos. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2011.

(iii) Aprimoramentos aos IFRS em 2010:
As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que sejam indicados de outra forma.

Norma	Principais exigências	Aplicação
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS. (b) Base de avaliação como custo atribuído (<i>deemed cost</i>) Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição. (c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos) As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para de acordo com o IAS 36 na data da transição.	Aplicado prospectivamente.
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data de entrada em vigor do IFRS revisado. Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008). (b) Mensuração de participações não controladoras A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS. (c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente.
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Substitui a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das alterações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas"	Esclarece que as consequências das alterações ao IAS 27 feitas ao IAS 21 "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em Entidades sob Controle Parcial" em períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: • circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; • transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; • mudanças na classificação dos ativos financeiros; e • mudanças nos passivos e ativos contingentes.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1º de janeiro de 2011

3. Estimativas contábeis e julgamentos críticos:
As estimativas e os julgamentos são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, tais como expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. As estimativas contábeis, por definição, não são iguais aos correspondentes resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajuste relevante no valor contábil de ativos e passivos estão apresentadas a seguir:

3.1. Breakage (estimativa de pontos emitidos e não utilizados até o vencimento):
A Companhia reconhece como receita bruta parte da receita diferida que se estima que não será resgatada utilizando um percentual calculado com base na média histórica da taxa de *breakage* dos últimos 12 meses. Este percentual é revisado pela Administração mensalmente com a intenção de evitar desvios significativos.

4. Instrumentos financeiros:
4.1. Gestão de risco financeiro:
Em função de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado, (incluindo risco de moeda e taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia está sujeita a Política de Gestão de Riscos formalizada pela sua controladora, que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações de atribuição. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Riscos da controladora que tem, entre outras atribuições:

- Decidir sobre aumento dos níveis percentuais de proteção baseado em questões estratégicas e monitorar o comparativo entre os cenários orçados e mercado;
- Gerenciar e administrar a exposição de riscos;
- Monitorar o cumprimento da política de risco;
- Delimitar sobre o nível de exposição de riscos de mercado;
- Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações de *hedge*, e
- Aumentar o desempenho das operações de *hedge*.

Cabe ao Departamento de Tesouraria, entre outras atividades, planejar a implementação das decisões do Comitê de Riscos, certificar-se de que as operações de *hedge* foram contratadas em conformidade com os parâmetros do mercado e informar o Comitê de Riscos sobre desvios à Política. Tais derivativos, quando contratados, são usados de acordo com as políticas da controladora, considerando a liquidez, o impacto sobre os resultados e a análise de custo/benefício de cada posição tomada. O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas de mercado. A Companhia não realizou operações com derivativos durante o período findo em 31 de dezembro de 2010.

No final do exercício de 2010, o Comitê Financeiro e de Auditoria aprovou a política de riscos e de aplicações financeiras para Companhia.

(b) Risco de mercado:
(i) Risco cambial:
O risco de taxa de câmbio consiste na variação da taxa R\$/US\$, que referencia parte dos contratos de venda de pontos. Tais variações podem ter impacto no fluxo de caixa e no preço de venda dos pontos. A Companhia está exposta a riscos de mercado em decorrência de suas atividades comerciais normais. Os riscos de mercado dizem respeito, sobretudo, a variações na taxa de câmbio R\$/US\$, que referencia a maior parte dos contratos de aquisição de pontos de instituições financeiras. Tais variações podem afetar negativamente o seu fluxo de caixa e faturamentos futuros. O risco de mercado, no caso da Companhia é a possibilidade de um fluxo de caixa futuro ser inferior ao projetado devido a uma eventual queda na taxa de câmbio R\$/US\$.

A Companhia não possui derivativos contratados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010.

(ii) Risco das taxas de juros:
Os resultados da Companhia são afetados por variações nas taxas de juros devido ao impacto de tais variações sobre a receita de juros gerada pelos saldos de caixa e aplicações de curto prazo. A Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros.

(iii) Análise de sensibilidade:
A Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstre o impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia, considerando os seguintes elementos:

- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constante todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de um ponto percentual na taxa de juros, mantendo-se constante todas as demais variáveis.

Em 31 de dezembro, a Multiplus não está exposta a nenhum risco de mercado considerado significativo pela Administração que possa afetar o patrimônio líquido e o resultado da Companhia. Adicionalmente à análise de sensibilidade descrita acima, a Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais, direta ou indiretamente considerando os seguintes elementos, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração da Companhia e referenciado por fonte externa independente;
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e
- O cenário extremo considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros.

Os únicos instrumentos financeiros que a Companhia possui correspondem às aplicações financeiras mantidas em fundos de investimento que estão sob a gestão discricionária de terceiros. A custódia e administração dos mesmos estão centralizadas em um único agente, independente dos gestores. Além disso, os fundos possuem auditoria independente e fiscalização da CVM.

• Dinâmica do portfólio – os gestores podem alterar a composição do portfólio a qualquer momento, à sua discricão, dentro dos limites do Regulamento. Desta forma, a análise de sensibilidade, por ter como base a manutenção da carteira vigente em 31 de dezembro de 2010, fica prejudicada, podendo levar a conclusões equivocadas.

• Controle de risco – o regulamento dos fundos estabelece limites de risco de mercado (*Value at Risk*) de 6% (Fundos Multimercado) e 0,15% (Fundos Renda Fixa), considerando horizonte de tempo de 21 dias (taxa e 95% de confiança). O Comitê de Riscos também estabelece as limitações intrínsecas ao modelo de controle de risco, mas acredita em sua eficiência na prevenção de perdas materiais. Além do controle de risco do próprio gestor, o administrador dos fundos tem poderes para impedir a liquidação de operações que extrapolam o limite de risco do fundo; adicionalmente, a Companhia contrata consultor independente para avaliar semanalmente os níveis de risco dos fundos.

• Restrições impostas pelo regulamento – o regulamento dos fundos vedava expressamente *alavancagem*. Além do limite de risco de mercado, exposto acima, há limites adicionais de alocação em classes de ativos de maior volatilidade.

(b) Risco de crédito:
O risco de crédito é administrado internamente e pelo Comitê de Auditoria e Finanças. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado varejo e instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto. Atualmente os recebíveis da Multiplus estão concentrados em instituições financeiras e contraparte TLA. O limite de riscos individuais são determinados com base em classificações e externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Para a aplicação de seus recursos financeiros, a Companhia transaciona somente com instituições financeiras cuja classificação de crédito atribuída por Standard & Pools, Moody's ou Fitch seja no mínimo BBB- ou equivalente.

(c) Risco de liquidez:
O gerenciamento prudente do risco de liquidez envolve: (i) manter caixa e aplicações financeiras de curto prazo suficientes, (ii) a disponibilidade de recursos por meio de um valor adequado de linhas de crédito e (iii) a capacidade de fechar posições de mercado. A operação da Companhia, que em seu curso normal vende os pontos antes de resgatá-los, tem caráter positivo em termos de geração de caixa, minimizando seu risco de liquidez.

A Companhia, atualmente, investe o caixa excedente em fundos de investimento exclusivo e títulos bancários, especialmente a Política de Aplicações Financeiras.

A Companhia é altamente dependente de TLA e instituições financeiras que, juntas, representam a quase totalidade das suas fontes de faturamento e receita da Companhia. Uma eventual diminuição na venda de pontos a qualquer dos principais parceiros, por qualquer razão, tais como: a decisão de não mais participarem do Programa ou não mais terceirizarem a gestão, administração ou operação de seus programas de fidelização, pode ter o efeito adverso relevante para a Companhia. Adicionalmente, a Companhia destinou aproximadamente 94% dos recursos líquidos obtidos com a abertura do TLA (em fevereiro de 2010) para o pagamento antecipado para compra de passagens-prêmio da Companhia com a finalidade de atender aos resgates de prêmios em passagens-prêmio durante os seguintes 24 meses (10, época). Levando em consideração a expectativa de resgates futuros em 31 de dezembro de 2010, esse valor é suficiente para suprir as necessidades da Companhia por aproximadamente 12 meses. Quaisquer dificuldades temporárias ou permanentes nos negócios da TLA podem prejudicar ou impedir o recebimento desses recursos antecipados.

O único passivo financeiro não derivativo da Companhia refere-se a "Fornecedores" e que possui prazo de liquidação inferior a 12 meses.

4.2. Gestão de riscos comerciais:
(a) Riscos relacionados ao resgate de pontos:
O principal custo operacional da Companhia é a aquisição de pontos dos parceiros de coalizão e produtos, principalmente passagens aéreas, para a entrega de prêmios aos participantes do Programa. Parte do resultado da Companhia advém do número de pontos Multiplus Fidelidade vendidos e não resgatados pelos participantes, conhecido como "breakage". A apropriação da receita de *breakage* no resultado baseia-se em tendências históricas. Espera-se uma diminuição do *breakage* à medida que a Companhia expanda sua rede de parcerias comerciais. A Companhia tem a expectativa de neutralizar a redução esperada do *breakage* através da sua política de precificação dos pontos vendidos aos parceiros comerciais. Caso os pontos não sejam adequadamente precificados, ou o volume de resgates exceda as expectativas da Companhia, a lucratividade pode ser afetada.

(b) Risco relacionado à concorrência:
O setor de redes e programas de fidelização no Brasil ainda está em fase de desenvolvimento. À medida que o mercado de atuação da Companhia se desenvolver e a competição aumentar é possível que os concorrentes possam desviar parcialmente os negócios que os parceiros comerciais ou participantes têm atualmente com a Companhia, ou possam ter no futuro, incluindo os prêmios adquiridos.

4.3. Estimativa do valor justo:
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, deduzidas as provisões para redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados usando a taxa de juros de mercado como referência.

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os níveis 2 e 3 não são aplicáveis à Companhia em 31 de dezembro de 2010.

A Tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo classificados como Nível 1:

	2010	2009
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Fundo de investimento exclusivo (*)	757.782	1.005
Títulos privados	49.274	1.005
Certificado de depósito bancário - CDB	808.061	—
	(757.781)	—

Não circulante..... 50.280

(*) rentabilidade média do ano de 10,13%. Composto por títulos públicos, privados e operações comprorressadas.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em fundos puramente exclusivos. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e compreendem o Fundo de Investimento Exclusivo e Certificado de Depósito Bancário - CDB, sendo que cada um desses fundos tem uma política clara de investimentos, com limites à concentração de risco nos correspondentes investimentos.

4.4. Gestão de capital:
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno à todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à endividamento líquido dividido pelo capital total. O endividamento líquido corresponde ao total do passivo circulante, subtraído o montante de receita diferida. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com o endividamento líquido. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são sumarizados a seguir:

	2010	2009
Total do passivo	679.293	4.769
Menos: Receita diferida	(614.550)	—
Endividamento líquido (1)	64.743	(4.769)
Patrimônio líquido	758.603	1.271
Total do capital (2)	823.346	4.642
Índice de alavancagem financeira (1)/(2)	7,8%	102,7%

A redução no índice de alavancagem financeira em 2010 resultou de um aumento no patrimônio líquido decorrente (a) do resultado do exercício e (b) captação de recursos decorrente da oferta Pública de Ações (ver nota 1).

5. Caixa e equivalentes de caixa:
Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto de caixa e contas bancárias de curto prazo no total de R\$ 111.235 (equivalente a zero), todo denominado em reais e não havia limites utilizados nas contas em garantias.

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo:

	2010	2009
Em moeda local		
Fundos de investimentos exclusivos	178.145	—
Títulos públicos	57.479	—
Certificado de depósito bancário - CDB	137.448	—
Debêntures	37.387	—
Outros	4.771	—
Títulos privados	49.274	—
Certificados de Depósito Bancário - CDB	1.005	—
Total	808.061	—
Circulante	(757.781)	—
Não circulante	50.280	—

7. Clientes:
Composição

	2010	2009
Contas a receber de clientes	68.699	—
	68.699	—

A totalidade das contas a receber é denominada em reais. A composição do saldo por vencimento é a seguinte:

	2010	2009
Composição		
Vencidos	67.498	—
A vencer:		
Até 60 dias	59	—
De 61 a 90 dias	824	—
De 91 a 180 dias	485	—
De 181 a 360 dias	103	—
	68.699	—

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2010 na data de relatório é o valor contábil de cada tipo de recebível mencionado acima. A Companhia não registrou nenhuma provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2010.

8. Tributos a recuperar:

	2010	2009
Antecipações do imposto de renda e contribuição social	2.089	—
PIS e COFINS a compensar	1.324	—
Imposto de renda retido na fonte	356	—
	3.769	—

9. Partes relacionadas:
Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e a TLA, conforme sumarizados abaixo:

(a) Contrato Operacional:
Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos, condições e condições que regerem o relacionamento entre a Companhia e a TLA, no que se refere: (i) à transferência pela TLA à Companhia, Administração e operação do Programa TAM Fidelidade ("Programa"); (ii) continuidade do gozo, pelos clientes da TLA, de qualquer do Programa, dos benefícios do Programa mediante o uso de pontos a ele concedidos; e (iii) ao resgate dos pontos pelos membros do Programa através da Rede Multiplus Fidelidade. A TLA pagou à Companhia o montante de R\$ 3.311, referente a esta prestação de serviço durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Estabelece, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e suas respectivas remunerações. Em 15 de janeiro de 2010, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato Operacional para regulamentar a situação dos contratos com parceiros do Programa TAM Fidelidade, não migrados para a Companhia, principalmente no que se refere à compra e venda de pontos desses parceiros. Os contratos de parceria comercial foram migrados em sua totalidade para Multiplus em 30 de junho de 2010.

(b) Contrato de Serviços Compartilhados:
Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos, condições e remuneração a ser paga pela Companhia à TLA pela utilização de serviços administrativos. O contrato é corrigido anualmente, ou na menor periodicidade permitida vigente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE). No período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 7.871 para a TLA referente a utilização de serviços administrativos. Vide nota 9.2.

</

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010	2009
11. Intangível		
Em 6 de agosto de 2009		
Adições.....	3.783	3.783
Em 31 de dezembro de 2009	3.783	3.783
Em 31 de dezembro de 2010		
Adições.....	17.558	(1.068)
Amortização (nota 16).....	(1.068)	(1.068)
Saldo contábil, líquido	20.273	20.273

O saldo de projetos de tecnologia da informação refere-se substancialmente a implantação do sistema Siebel que efetua o controle de pontuação do Programa bem como a gestão dos resgates e venda de pontos pelos parceiros. O sistema entrou em operação no mês de agosto de 2010 e o prazo de amortização previsto é de até cinco anos.

	2010	2009
12. Impostos, taxas e contribuições:		
PIS e COFINS a recolher.....	1.761	567
Outros a recolher.....	567	2.328

13. Receita diferida: A receita diferida do Programa Fidelidade é contabilizada com base no número de pontos em aberto e a taxa média histórica de não resgate de pontos (Breakage) dos últimos 12 meses. No Multiplus Fidelidade, os pontos expiram após dois anos da data de emissão. O saldo está composto como segue:

	2010	2009
Receita diferida.....	484.055	130.495
Provisão de breakage.....	(614.550)	(614.550)

14. Capital social e reservas:
(a) Capital autorizado: O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.200.000, podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Capital subscrito: Em 31 de dezembro de 2010 o capital subscrito e integralizado está representado por 161.294.000 ações ordinárias escriturais (31.12.2009 – 500), conforme quadro abaixo. As ações conferem ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que, no mínimo, 25% de suas ações estejam disponíveis para negociação no mercado. A remuneração do capital está resumida da seguinte forma:

	Quantidade de ações	Valor do capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2009	500	1
Desdobramento de ações conforme AGE (*) de 15/01/2010.....	118.019.500	39.340.000
Aumento de capital conforme RCA (**) de 04/02/2010.....	629.440	62.944
Aumento de capital conforme RCA de 01/03/2010.....	3.934.000	393.400
Saldo em 31 de dezembro de 2010	161.294.000	692.385

(*) Assembleia Geral Extraordinária;
(**) Reunião do Conselho de Administração.

Deliberação	Data do pagamento	Rendimento	Valor Distribuído	IRRF	Valor líquido	Valor bruto por ação	Líquido por ação
RCA – 4/08/2010.....	18/08/2010	Dividendo	13.871	13.871	0,086000	0,086000	0,086000
RCA – 4/08/2010.....	18/08/2010	JCP	15.162	2.173	12.989	0,094000	0,089532
Diretoria – 31/12/2010.....	30/04/2011	Dividendo	1.223	1.223	0,007591	0,007591	0,007591
Total dos dividendos mínimos obrigatórios.....			30.256	2.173	28.084	0,187591	0,183122
RCA – 20/12/2010.....	7/01/2011	JCP	16.937	2.495	14.442	0,105000	0,089532
Diretoria – 31/12/2010.....	30/04/2011	Dividendo	65.146	65.146	0,403896	0,403896	0,403896
Total dos dividendos adicionais propostos.....			82.083	2.495	79.588	0,508896	0,493428
Total da distribuição propostional.....			112.339	4.668	107.671	0,696487	0,676550

15. Receita por natureza

Receita	2010	2009
De resgate de pontos.....	382.271	73,8
Breakage.....	122.645	23,7
Da prestação de serviços.....	3.311	0,6
Outras receitas.....	9.648	1,9
Receita bruta	517.875	100,0
Impostos e outras deduções.....	(48.032)	
Receita líquida	469.843	

16. Despesas operacionais por natureza

	2010	2009
Custo de resgate de pontos (*).....	274.258	80,7
Honorários dos administradores.....	16.625	336
Depreciação.....	23	0,1
Amortização (nota 11).....	1.068	0,3
Serviços de terceiros.....	31.549	9,2
Vendas e marketing.....	11.901	3,2
Outras.....	3.389	1,6
	274.258	100,0

(*) Líquido de crédito de PIS e COFINS

17. Benefícios a empregados:
Os custos de pessoal têm a seguinte composição:

	2010	2009
Salários e encargos sociais e bonificações.....	12.676	
Plano de pensão de contribuição definida.....	156	
Remuneração baseada em ações.....	1.538	
Impostos e contribuições sociais.....	2.926	
	17.296	

17.1. Participação nos lucros e bonificações:
A Administração da Companhia efetuará pagamento a seus colaboradores a título de participação nos resultados caso sejam atingidas determinadas metas de desempenho estabelecidas com base no seu orçamento anual. Nesse sentido, a Administração registrou na rubrica "Salários e encargos sociais", uma provisão para pagamento deste benefício, de R\$ 3.538 no período findo em 31 de dezembro de 2010 (2009 – zero).

17.2. Remuneração baseada em ações:
Na AGE realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação poderiam ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos seus funcionários. As transações estão resumidas a seguir:

	em circulação (em milhares)	Preço médio de exercício
Em 31 de dezembro de 2009		
Outorgadas.....	1.660.759	18,07
Em 31 de dezembro de 2010	1.660.759	18,07

Sob os termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três, quatro anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de seis anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e outra metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado das ações é de R\$ 33,75 por ação enquanto que o valor patrimonial da ação na mesma data é de R\$ 4,70 por ação.

(c) Reservas:
(i) Reserva legal: A legislação brasileira estabelece que deva ser constituída uma reserva legal, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até a reserva legal atingir 20% do valor do capital social.

(ii) Reserva de capital:
Nesta conta estão registrados os custos de transação incorridos pela realização da Oferta Pública de Ações realizada em 5 de fevereiro de 2010 (nota 1). Os valores registrados são apresentados a seguir:

	2010
Custos de transação.....	35.336
Imposto de renda e da contribuição social.....	(12.014)
Custos de transação e líquidos.....	23.322

(iii) Plano de remuneração de ações:
O crédito relativo à despesa de opções de compra de ações é registrado nesta reserva e transferido para lucros acumulados quando as opções são exercidas ou expiram (nota 17.2).

(d) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio:
A Administração da Companhia aprovou, em reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 4 de agosto de 2010 e 20 de dezembro de 2010, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os, pelo seu valor líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 28.084. Os dividendos pagos em 2010 foram R\$ 26.860, imputando os juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 12.989, líquidos do imposto de renda retido na fonte. Dividendos e juros sobre capital próprio complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 0,403896 e R\$ 0,105000 (líquido de R\$ 0,089532), respectivamente, por ação, totalizando R\$ 82.083 bruto (líquido – R\$ 79.588), serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2011 e encontram-se registrados em reserva de dividendos adicionais propostos e reserva de lucros a distribuir, no patrimônio líquido.

Destinação do resultado do exercício
Lucro líquido do exercício.....
 2010 | 118.386 || (-) Destinação para a reserva legal – 5%..... | (5.919) | |
(-) Compensação de prejuízos acumulados.....	(128)	
Lucro a distribuir.....	112.339	
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%.....	28.084	
Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais propostos líquido de imposto de renda retido na fonte.....	79.587	
IRRF sobre juros sobre o capital próprio propostos.....	2.473	
IRRF sobre juros sobre o capital próprio antecipados.....	2.173	
Total da distribuição proposta.....	112.339	
(-) Dividendos mínimos obrigatórios antecipados.....	(13.871)	
(-) Juros sobre o capital próprio antecipados, líquido de imposto de renda retido na fonte.....	(12.989)	
(-) Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio antecipado.....	(2.173)	
Saldo dos dividendos propostos.....	83.306	

Dividendo mínimo obrigatório proposto a distribuir, no passivo circulante.....
 1.223 || Reserva de dividendos adicionais propostos (RCA – 20/12/2010 - JCP)..... | 16.937 |
| Reserva de lucros a distribuir..... | 65.146 |

18. Resultado financeiro:

	2010	2009
Receitas financeiras.....		
Receitas de juros sobre aplicações financeiras.....	34.559	815
Outros.....	85	35.374
Despesas financeiras	(43)	
Juros passivos.....	(1.906)	
Descontos concedidos.....	(166)	
Outros.....	(2.115)	
Resultado financeiro.....	33.259	

19. Imposto de renda e contribuição social:
Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social.

	2010	2009
Imposto corrente.....	(46.362)	
Imposto diferido.....	1.217	
	(45.145)	

O imposto de renda e contribuição social apurado sobre o lucro da Companhia, antes da tributação, difere do valor teórico que resultaria usando-se a média ponderada da alíquota de imposto aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

	2010	2009
Lucro antes da tributação.....	163.531	163.531
Alíquotas nominais de renda e contribuição social.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais.....	(55.600)	(55.600)
Crédito tributário sobre juros sobre capital próprio pago ou creditado.....	10.913	10.913
Despesas indutíveis.....	(2)	(2)
Plano de remuneração de ações.....	(523)	(523)
Outras (adições) exclusões permanentes.....	24	24
Outros.....	43	43
	(45.145)	(45.145)

Alíquota efetiva - %.....
 27,6 |

O ano-base de 2009 está sujeito a exame pelas autoridades tributárias brasileiras.
20. Lucro por ação:
(a) Básico:
O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas do ano.

	2010	2009
Lucro (prejuízo) apropriado aos acionistas da Companhia.....	118.386	(128)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas.....	157.360	500
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$ / ação).....	0,75	(0,26)

Lucro apropriado aos acionistas da Companhia.....
 118.386 || Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas..... | 157.360 |
| Lucro básico por ação (R\$ / ação)..... | 0,75 |

Conforme mencionado na nota 1, Multiplus é uma companhia aberta no âmbito do "Novo Mercado" da BVMF/Bovespa desde 3 de fevereiro de 2010. Até esta data, a companhia não tinha ações ordinárias emitidas em circulação.
(b) Diluído:
O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação. A Companhia tem apenas uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	2010	2009
Lucro apropriado aos acionistas da Companhia.....	118.386	(128)
Ajustes por opção da quantidade de ações ordinárias emitidas.....	157.360	500
Média ponderada da quantidade de ações para cálculo do lucro por ação diluído.....	157.539	500
Lucro básico por ação (R\$ / ação).....	0,75	(0,26)

21. Caixa gerado nas operações:

	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	118.386	(128)
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 19).....	(1.217)	
Juros e variações monetárias.....	(778)	
Depreciação e amortização (nota 16).....	1.091	
Plano de remuneração baseado em ações.....	1.538	
Outras provisões.....	3.591	
Variações nos ativos e passivos (excluindo os efeitos da aquisição e variações monetárias e cambiais).....		
Titulos e valores mobiliários.....	(808.061)	
Contas a receber.....	(68.699)	
Tributos a recuperar.....	8.243	
Partes relacionadas.....	(389.721)	134
Demais contas a receber.....	6	(858)
Fornecedores.....	15.727	852
Salários e encargos sociais.....	2.370	
Impostos, taxas e contribuições.....	34.251	
Receita diferida.....	614.550	
Demais contas a pagar.....	382	
Caixa gerado na operação pelas atividades operacionais.....	(468.340)	

22. Adoção dos CPCs e IFRSs pela primeira vez:
As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações anuais em conformidade com os CPCs e IFRS. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia foi constituída em 6 de agosto de 2009, sendo esta a data considerada como "data de transição". Até 31 de dezembro de 2009, o patrimônio, transações e resultados da Multiplus não apresentaram saldos ou movimentações relevantes, sendo seu patrimônio inferior a R\$ 1.000 (hum mil reais).

As isenções e exceções de aplicação retrospectiva não aplicáveis a Companhia. Da mesma forma, não existem ajustes no balanço patrimonial e demonstração do resultado derivados da aplicação dos novos CPCs e IFRSs.

	1ª outorga	2ª outorga	1ª outorga extra-ordinária	2ª outorga extra-ordinária	Total ou média ponderada
Data.....	04/10/2010	04/10/2010	04/10/2010	04/10/2010	
Quantidade de ações.....	98.391	36.799	1.370.999	154.570	
Preço de exercício.....	27.331	31,55	16,00	27,33	
Taxa de juros, isenta de risco %.....	10,16	10,16	10,16	10,16	
Tempo médio contratual (anos).....	5,5	5,5	5,25	4,25	
Rendimento esperado do dividendo %.....	0,67	0,57	0,67	0,67	
Volatilidade das ações no Mercado %.....	30,25%	31,21	30,25	30,25	
Preço no Mercado acionário na data da outorga R\$.....	26,90	31,55	26,90	26,90	
Valor justo da opção na data da outorga R\$.....	11,58	14,06	16,91	10,53	
Quantidade de opções em circulação (i).....	98.391	36.799	1.370.999	154.570	1.660.759
Preço médio de exercício ajustado (i).....	28,20	32,23	16,51	28,20	
Média de vida contratual remanescente (i).....	5,0	5,0	5,25	4,25	

(i) Em 31 de dezembro de 2010. A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

A Diretoria. Luiz Carlos Miranda - Contador CRC 1SP168723/O-8

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas Multiplus S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Multiplus S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) determinadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a adequação desses controles internos e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para apoiar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiplus S.A. em 31 de dezembro

de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos
Informação suplementar - demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2011

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes